



**TERMO DE FOMENTO Nº 26/2018**

**QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATOS DE  
MINAS E A FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO  
SUL PATOS DE MINAS**

O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS, inscrito no CNPJ sob nº 18.602.011/0001-07, com sede a Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro Eldorado nesta cidade de Patos de Minas-MG, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representada pelo Prefeito Municipal José Eustáquio Rodrigues Alves, brasileiro, solteiro, economista, portador do CPF nº 001.482.701-82, Carteira de Identidade nº MG- 14.758.083 SSP – MG residente e domiciliado nesta cidade e a **FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL PATOS DE MINAS**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.561.309/0001-86, com sede na Rua Maria Borges Silva, 473, Abner Afonso, Patos de Minas/MG, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pela presidente Nanci Alves da Silva Leandro dos Santos, nacionalidade brasileira, portadora do C.P.F nº 062.333.456-93, Carteira de Identidade nº MG-12.391.736 PC/MG, residente e domiciliada na Rua Vereador João Pacheco, 2887, Apto. 101, Bairro: Cristo Redentor, em Patos de Minas, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 7.490/2017, Lei Orçamentária Anual nº 7.577/2017, Lei Municipal de Repasses Financeiros de Subvenções, Contribuições e Auxílios nº 7.578/2017, Decreto 4.366/2017 na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante ao processo administrativo nº 8842 de 14/06/2018 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (Auxílios) para aquisição de equipamentos e material permanente com o intuito de realização do projeto “Mãos que Ajudam”, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

**I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:**

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;



 1/10





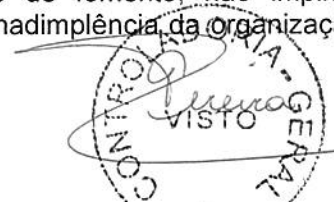
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

## **II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da



2/10





sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 4.980,00 (quatro mil novecentos e oitenta reais).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$ 4.980,00 (quatro mil novecentos e oitenta reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 01.08.02.00.08.244.0011.2.0055, UG 01.08.02.00 FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, Gestão: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme discriminação abaixo:

Função: 08, Subfunção: 244, Programa: 0011, Despesa: 4.4.50.42.0000 – Auxílios Fonte: 01.0000.0000.0000 Recursos ordinários. (1.051)

O valor acima será pago em parcela única.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

4.1 – O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica na **Conta Corrente nº 4383-1, Operação: 003, Agência nº 0142, – Caixa Econômica Federal**, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

I- Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata



3/10





instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica, sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade do depósito em sua conta bancária.

5.3 – Todas as despesas (notas fiscais, faturas) deverão ser emitidas no nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, discriminando as despesas conforme estabelecido na Cláusula Primeira, sem rasuras e constando comprovante de pagamento.

5.4 – Para dar cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do processo 0048435-56.2018, a CASA DA ACOLHIDA poderá utilizar dos repasses para dar cobertura às despesas do plano de trabalho a partir de abril de 2018.

5.5 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da OSC para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

IV - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

V - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VI - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até **31/12/2018**, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da OSC devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.







6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas fiscais e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;



5/10





IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – O MUNICÍPIO considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.



6/10





8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

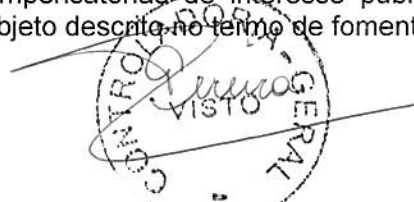
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e



7/10





a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES**

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Advocacia Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.



8/10







### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES**

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE**

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.



9/10





### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Patos de Minas - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Patos de Minas, 16 de outubro de 2018.

**MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**

José Eustáquio Rodrigues Alves  
Prefeito Municipal

**FRATERNIDADE FEMININA CRUZEIRO DO SUL PATOS DE MINAS**

Nanci Alves da Silva Leandro dos Santos

Testemunhas

Sueli de Souza Oliveira

Nome:

CPF: 430.389.996-44



Nome:

CPF:

10/10



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARDA-MÓR
Processo Licitatório nº 64/2018 - Extrato de Contrato nº 079/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Guarda-Mór
Contratado: COPAVE - Com Patense de Veículos S.A

mg.gov.br ou através do e-mail: licitacao@itamandariba.
mg.gov.br, ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Itamarandiba,
sua Rua Tabuleira Andrade, 205 centro - Itamarandiba/MG
Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao
Preço pelo telefone (38) 3521.1063.
José Adilson Oliveira - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
Cancelamento de Ata de Registro de Preço nº 01/2018
Com Fundamento no artigo 13 § 2º do Decreto Municipal
2.691/2010 pela Procedência do Pedido formulado pela
Sociedade empresária Rede Elétrica Brasil LTDA - EPP,
o Gestor de Ata de Registro de Preço. Cancela a Ata de
Registro de Preço do Processo Licitatório 0142/2018 Preço
Eletrônico 0063/2018, onde a Empresa em referência
é detentora.

de esportes da comunidade do Carmo, com fornecimento
de materiais, conforme projetos básicos (arquitectónicos,
memórias descritivas, planos orçamentários, cronogramas
físico-financeiros e especificações técnicas) constantes
no edital e seus anexos. Manuseio informático e
instalação com o convocatório através do site:
http://www.ncadpitiangui.mg.gov.br ou pelo telefone (31) 3685-1255 - Nova União, 19/10/2018.
Ailton Antônio Guimarães Rosa, Prefeito

Processo Licitatório nº 68/2018 - Extrato de Ata de Registro
de Preços nº 59/2018 Contratante: Prefeitura Municipal de
Guarda-Mór. Contratado: Prisma Informáticos Equipamentos
Lda-EPP CNPJ04.557.755/0004-95. Objeto: Aquisição
de equipamento/material permanente para as unidades
de saúde deste município conforme as propostas nº:
12320.877000/1180-12, Nº 12320.877000/1180-15 E Nº:
12320.877000/1180-16, com o Ministério da Saúde. Valor:
RS29.952,50 (Vinte e nove mil, novecentos e cinquenta
e dois reais e cinquenta centavos) Contratante: Prefeitura
Municipal de Guarda-Mór. Contratado: COPAVE -
Com Patense de Veículos S.A CNPJ19.050.715/0001-87.
Objetivo Aquisição de equipamento/material permanente
para as unidades de saúde deste município conforme
as propostas Nº 12320.877000/1180/12, Nº:
12320.877000/1180-15 E Nº: 12320.877000/1180-16, com
o Ministério da Saúde. Valor: RS322.290,00 (Trezentos e
vinte e dois mil e duzentos e noventa reais). Doações: - 02
05.10.301.1093.1010.4.4.90.52.00 1.48.00 Transf. Rec.
DOS SUS p. Atenção básica / Ficha 164 - 02.05.01.10.302.
1003.1011.4.4.90.52.00 1.23.00 Transf. Convênios Vinc a
Saúde / Ficha 181. Vigência: 16.10.2018 até 16.10.2019.

3 cm -19 1156862 - 1
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA-MG
torna público o aviso de licitação Procedimento Licitatório
nº 132/2018 - Processo Licitatório nº 072/2018 - Pregão
Presencial nº 054/2018. Objeto: Contratação de Instituição
Financeira em atendimento a solicitação da Secretaria
Municipal de Administração. Abertura dos envelopes dia
06.11.2018 às 14:30 horas. Interessados deverão manter
contato pelo e-mail: licitacaoguanaria@yahoo.com.br ou
diretamente no Setor de Licitação

Montes Claros (MG), 19 de outubro de 2018
Marlon Ferreira de Souza
Gerente de Ata de Registro de Preço

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ONÇA DE PITANGUI
-PROCESSO LICITATORIO 58/2018, PREGÃO PRE-
SENCIAL 36/2018, REGISTRO DE PREÇOS 22/2018
Município de Onça de Pitangui-CNPJ 18.313.858/0001-71
torna público o processo licitatório que tem como OBJETO:
Locação futura e eventual de estrutura para feiras e eventos
ABERTURA 01/11/2018 às 14h00min. Informações e
cópia do edital, Setor de Licitações (R. Gustavo Capacetani,
101, Centro Onça de Pitangui/MG, CEP 35.655-000). Tel:
37.3273-1114. e-mail: licitacao@oncadopitangui.mg.gov.br
ou site: www.oncadopitangui.mg.gov.br. Embasamento
Legal Lei 10.520/2002, Bruna da S. Souza, Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA-MG torna
público o aviso de licitação Procedimento Licitatório nº
133/2018 - Processo Licitatório nº 073/2018 - Pregão
Presencial nº 055/2018. Objeto: Registro de Preços para
aquisição de materiais médico hospitalar em atendimento
a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Abertura
dos envelopes dia 07.11.2018 às 08:00 horas. Interessados
deverão manter contato pelo e-mail: licitacaoguanaria@yahoo.com.br ou diretamente no Setor de Licitação

3 cm -19 1156855 - 1
PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE
- Errata ao aviso de Repetição do Pregão 057/2018-Processo
Administrativo Nº 154/2018. O Município de Nanuque,
através do Presidente da CPL, nos termos da Legislação em
vigor, faz saber que foi realizado errata no aviso de Repetição
do Pregão 057/2018 para Contratação de Prestador de
serviços de assessoria Técnico Administrativa para o planejamento,
Organização, Acompanhamento, Análise, pesquisa e
Planejamento aos Respositivos Departamentos com vistas à
Obtenção do ICMS Cultural e Turístico-Fica Revalidado no
Aviso de Repetição e horário do certame - conforme segue:
onde se lê: Abertura será às 09:00hs, LEIA-SE Abertura
será as 14:00hs. As demais cláusulas permanecem inalteradas.
Demais informações poderão ser obtidas no endereço
eletrônico: www.nanuque.mg.gov.br. Município de Nanuque/MG, em 18 de Novembro de 2018 - Helen Brito de
Souza, Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ONÇA DE PITANGUI
-PROCESSO LICITATORIO 57/2018, PREGÃO PRE-
SENCIAL 35/2018, REGISTRO DE PREÇOS 21/2018
Município de Onça de Pitangui-CNPJ 18.313.858/0001-71
torna público o processo licitatório que tem como OBJETO:
Contratação eventual e futura de empresa para o fornecimento
e aplicação de massa adesiva a tipo CBUQ (concreto
betuminoso unido a quente) em diversos logradouros do
Município de Onça de Pitangui ABERTURA 01/11/2018 às
09h00min. Informações e cópia do edital, Setor de Licitações
(R. Gustavo Capacetani, 101, Centro, Onça de Pitangui/MG, CEP 35.655-000). Tel: 37.3273-1114. e-mail:
licitacao@oncadopitangui.mg.gov.br. site: www.oncadopitangui.mg.gov.br. Embasamento Legal Lei 10.520/2002
Bruna da S. Souza, Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA-MG torna
público o aviso de licitação Procedimento Licitatório nº
134/2018 - Processo Licitatório nº 074/2018 - Tomada de
Preços nº 018/2018. Objeto: Contratação de Pessoa Física
ou Jurídica visando à execução de serviços profissionais de
Equipe Técnica, para atender as necessidades do Parque
Floral de Januária, Meta 1 - Educação Ambiental, conforme
solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e
Meio Ambiente. Abertura dos envelopes dia 09.11.2018
às 09:00 horas. Interessados deverão manter contato pelo
e-mail: licitacaoguanaria@yahoo.com.br ou diretamente no
Setor de Licitação.

3 cm -19 1156855 - 1
PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE/MG
EXTRATO DO TERMO ADITIVO - TOMADA DE
PREÇO Nº 002/2014
Contratante: Município de Nanuque x Contratado FM
Engenharia Ltda -Objeto do Contrato: Contratação de
pessoa jurídica para Urbanização da Orla do Rio Mucuri -
Nanuque/MG, fica aditado o prazo de validade do Contrato
Nº 026/2014, passando a ter o seguinte prazo de validade:
15 de Julho de 2018 a 28 de Novembro de 2018-Fundamento
legal: Art.57 da Lei 8.666/93 ROBERTO DE JESUS
Prefeito Municipal, Nanuque-MG

3 cm -19 1156877 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA -
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO -
CONCORRÊNCIA Nº 014/2018 - SME - TIPO MENOR
PREÇO POR LOTE. Comunicamos que houve alterações
no edital em epígrafe. Desta forma, obedecendo ao que
determina o § 4º do art. 21 da Lei Federal 8.666/93, fica
determinada a abertura do certame para o dia 19/11/2018
às 14 h (Protocolo em 13h do mesmo dia). OBJETO:
Seleção de empresa de engenharia ou arquiteta, sob o
regime de execução indireta - empreitada por preços unitários,
para construção dos Creches Proficiência Tipo 1 (remanescentes).
Padrão FNDE, de acordo com as especificações do
Projeto Básico, Projeto Executivo, Planilhas Orçamentárias
e demais anexos deste Edital, nos seguintes locais: a)
LOTE 01: Bairro Barra Alegre e b) LOTE 02: Bairro Ideal
/ Bom Jardim. Novo Edital disponível no site:
www.ipatinga.mg.gov.br. Informações complementares no
Departamento de Suprimentos (31) 3829-8202, 12 as 17 h,
A Maria Jorge Selim de Sales, 100, Centro, CEP 35.160-011,
Ipatinga/MG. Ene Sônia Rodrigues Silva, Secretaria Municipal
de Educação, 19/10/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA-MG torna
público o aviso de licitação Procedimento Licitatório nº
135/2018 - Processo Licitatório nº 075/2018 - Pregão
Presencial nº 056/2018. Objeto: Registro de Preços para
aquisição de correlatos para uso hospitalar em atendimento
a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Abertura
dos envelopes dia 12.11.2018 às 08:30 horas. Interessados
deverão manter contato pelo e-mail: licitacaoguanaria@yahoo.com.br ou diretamente no Setor de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE/MG
EXTRATO DO CONTRATO TOMADA DE PREÇOS
Nº 007/2018 -PARTES: Município de Nanuque-MG
X EMPRESAFM ENGENHARIA LTDA. Objeto do
contrato:contratação de pessoa jurídica para reforma do
mercado municipal - convênio 1491001759/2017. Data do
Contrato: 20 de Setembro de 2018 a 20 de Julho de 2019.
Valor do Contrato: RS459.496,57 (quatrocentos e cinquenta
e nove mil, quatrocentos e noventa e seis reais e cinquenta
e sete centavos) Roberto de Jesus - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO
VERDE DE MINAS/MG -
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018 - DISPENSA Nº
016/2018 - AVISO DE LICITAÇÃO - O Município de
Ouro Verde de Minas/MG torna público que realizará no
dia 05/11/2018 às 11 horas, Chamada Pública nº 001/2018 -
Dispensa nº 016/2018 - Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS
ALIMENTÍCIOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR
PARA ATENDER AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL
DE ENSINO. Edital e informações encontram-se a
disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente
de Licitação localizada na Rua Cícero Xavier de Vasconcelos,
nº 19, Centro, tel:07.99.45.13.00 horas ou através do e-mail:
licitacao@ouroverde.mg.gov.br - Ouro Verde de Minas,
19 de outubro de 2018. Josimar Telles da Costa - Prefeito
do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA
- Referência: TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2018 - SS -
Processo nº 4370/2018 -AVISO. A Comissão Permanente
de Licitação informa que após análise jurídica, análise
contábil e análise técnica realizada pela Secretaria de Saúde,
decidiu pela habilitação de todas as participantes, Columbia
Construções e Empreendimentos Eireli - EPP, Zaqueu
Arquitetura e Construção Ltda., Lega Construções Eireli -
EPP e Edo Engenharia Ltda - EPP, já que atenderam a
todas as exigências do Edital. Em havendo interesse na
interposição de recurso administrativo referente a esta fase,
o prazo será de 05 (cinco) dias úteis, de acordo com a Lei
nº 8.666/93 e conseqüência a sua partir da data deste aviso
no DOM - Diário Oficial do Município. DOE/MG - Diário
Oficial do Estado de Minas Gerais e DOE - Diário Oficial
da União. Juiz de Fora, 18 de outubro de 2018. a) RAFAELA
MEDINA CURY - Presidente da Comissão Permanente
de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE/MG
EXTRATO DO TERMO ADITIVO - TOMADA DE
PREÇO Nº 001/2018
Contratante: Município de Nanuque x Contratado: AVANT
ENGENHARIA LTDA - ME - Objeto do Contrato:
Contratação de Pessoa Jurídica para execução de serviços
remanescente de obra pública) referente a construção de unidade
básica de saúde projeto padronizado padrão 1, no bairro
Itárcios, conforme portaria nº 740 de 04 de março de 2013
do ministério da saúde, fica aditado o prazo de validade do
Contrato Nº 074/2018, passando a ter o seguinte prazo de
validade: De 24 de Julho de 2018 a 25 de Janeiro de 2019 -
Fundamento Legal - Art. 65 da Lei 8.666/93 - Roberto de
Jesus - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPAGAIO/MG -
Processo Licit. 123/2018 - Pregão 068/2018. Comunica que
o Edital sofreu alteração. Nova Ed. Abertura: 12.11.2018
às 09:00h. Informações no site: www.papagaio.mg.gov.br
ou e-mail: licitacao@papagaio.mg.gov.br ou pelo Tel.: (35)
3274-1260. Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. -
Aviso Redção de Preços Pregão RP 004/2018 Código
19567 - Ata 005/2018 - Empresa Biolab Sanus Farmacêutica
Ltda. A Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas
atribuições torna público que ampara no que determina o
art. 12, § 1º inciso I do Dec. Mun. 628/11 e art. 65, inciso II,
§ 8º, da Lei 8.666/93, fixa o termo a redução de preço do
medicamento, conforme Termo de Aposilamento 001/2018,
sendo código: 19567 - Tiamazol 10mg comprimido, marca
Biolab, RS 0,38 passando para RS 0,36, empresa Biolab
Sanus Farmacêutica Ltda. Ata 005/2018. Séc. Man. de
Saúde, Erica Dias de Souza Lopes, em 18/10/2018.

8 cm -19 1156891 - 1

11 cm -18 1156430 - 1

1 cm -19 1157072 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ/MG,
Pregão Eletrônico nº 102/2018. Registro de preços para
aquisição de material escolar. Expediente, esportivo e sacolas
plásticas - Semed. Escola e Semad. Credenciamento até
às 11:00, propostas até às 12:00 e os lances das 15:00 às
16:00 do dia 06/11/2018. Edital na íntegra - www.itajuba.
mg.gov.br - E-mail: licitajub@gmail.com. Telefone: (35)
3692-1734. Itajubá, 19/10/2018. Maika Jennifer Ribeiro-
Portaria 354/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAGO GRANDE - MG.
Torna público a RFTIFICAÇÃO DA REVOGAÇÃO onde se
faz do PL nº 59/2018 TP nº 004/2018. Leia-se PL nº
040/2018 TP nº 002/2018. Matores informações e o edital
completo poderão ser obtidos com o presidente da
CPL. Tel (034) 3816-2900 ou pelo e-mail: licitacao.lagoa.
grande@hotmail.com. Rábua Nara Leles de Bragança -
Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ERA - MG.
Dispensa nº 12/2018 - Ratifica a decisão da Comissão
Permanente de Licitação para a contratação da Secretaria de
Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais para a
prestação de serviços de publicação de atos oficiais no Diário
Oficial "Minas Gerais", no valor estimado anual de R\$
44.295,00. Nova Era, 18/10/2018 - Laura Maria Carneiro
de Araujo - Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARA DE MINAS
Aviso de Licitação sob a modalidade, Pregão Nº 088/2018 -
PRC Nº 111/18 Objeto: Fornecedor de gasolina comum e
óleo diesel S10. Tipo: menor preço. O edital poderá ser
obtido na íntegra na Diretoria de Compras e Contratos ou
através do site: http://transparencia.pardeminas.mg.gov.br
Abertura: 06.11.2018 às 14:00 horas. Para de Minas, 19 de
outubro de 2018. Anderson José Guimarães Viana, Pregoeiro
Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARANDIBA -
FREGÃO ELETRÔNICO Nº 0089/2018 - A Prefeitura
Municipal de Itamarandiba/MG torna público o Edital
de Licitação para AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PAS-
SAGEIRO 06CM E MICRO ONIBUS RODOVIÁRIO
06CM PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Recebimento de propostas:
19/10/2018 a 01/11/2018. Abertura das propostas dia
01.11.2018 no endereço web: www.portaldecompraspublicas.com.br. Os interessados poderão adquirir gratuitamente
o edital completo nos endereços web: www.portaldecompraspublicas.com.br ou
www.itamarandiba.mg.gov.br ou através
do e-mail: licitacao@itamandariba.mg.gov.br, ou ainda
na sede da Prefeitura Municipal de Itamarandiba, sua Rua
Tabuleira Andrade, 205 centro - Itamarandiba/MG. Informa-
ções e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao
Pregoeiro pelo telefone (38) 3521.1063. José Adilson Oliveira
- Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE
MATOZINHOS - MG -
Processo Licitatório 114-PPM/2017, Pregão Presencial
80/PPM/2017, cujo objeto é a aquisição de equipamentos
de informática, destinados às diversas Secretarias do
Município. Torna público, para conhecimento dos interes-
sados a rescisão parcial da Ata de Registro de Preços
145/PPM/2018, ficando cancelado o item 02 - Monitor
de Led, da empresa Arena Informática Ltda. CNPJ:
07.528.036/0001-91. Data da rescisão parcial: 18/10/2018.
A rescisão esta pautada nos termos do artigo 78, I c/c, 79,
I, ambos da Lei nº 8.666/93. E, em atenção ao artigo 109,
I, "c" da Lei 8.666/93, informa sobre a abertura de prazo
recurso a contar da data de publicação deste extrato.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ERA - MG -
Pregão Presencial nº 32/2018 - Objeto: Registro de preços
para a aquisição de medicamentos. Data de abertura
Dia: 08/11/2018, às 08:30 horas. Editais disponíveis no site:
www.novera.mg.gov.br ou no Departamento de Compras:
Ruan João Pinheiro, 91 - Centro. Nova Era, 19/10/2018.
Laura Maria Carneiro de Araujo - Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA TEMPO/MG
pública RATIFICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CON-
TRATO referente ao BAL nº 065/2018 - Dispensa nº
04/2018, com fulcro no art. 24 inciso II da Lei 8.666/93
redação dada pelo Decreto nº 412/2018. Contratada: PEDRO
PAULO LEITE FERREIRA, CNPJ: 14.569.715/0001-74.
Valor Total R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais)
Contrato nº 021/2018. Objeto: prestação de serviço de Clínica
Especializada no tratamento de dependentes químicos,
para atender a demanda do Departamento de Saúde. Edil-
son Rodrigues - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARANDIBA -
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0088/2018 - A Prefeitura
Municipal de Itamarandiba/MG torna público o Edital de
Licitação para AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO BLIN-
DADO PARA ATENDER GABINETE DO PREFEITO.
Recebimento de propostas: 19/10/2018 a 01/11/2018.
Abertura das propostas: dia 01.11.2018 no endereço web:
www.portaldecompraspublicas.com.br. Os interessados poderão
adquirir gratuitamente o edital completo nos endereços web:
www.portaldecompraspublicas.com.br ou
www.itamarandiba.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG-
Torna público Pregão Presencial nº 075/2018. Objeto: Reg.
Preços aquis material médico hospit. e odont. Abertura
01/11/2018 às 09:00 horas. Pregão Presencial nº 077/2018.
Objeto: Reg. Preços aquis. máquina extrusora de goma e
sargeta. Abertura 06/11/2018 às 09:00 horas. Pregão Pre-
sencial nº 078/2018. Objeto: Reg. Preços prest. serv. cami-
nhão pipa, basculante, pa carregadeira e outros. Abertura
06/11/2018 às 14:30 horas. Inform.: (33)3764-1252. Juar-
dir. F. de J. Filho. Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência Pública nº 011/2018
Processo Administrativo nº 270/2018
O Município de Nova Lima torna público que fará realizar
Licitação na Modalidade Concorrência Pública nº 011/2018
- Processo Administrativo nº 270/2018. Objeto: contratação
de empresa para a execução de obra de contenção de encostas.
Abertura dar-se-á no dia 23/11/2018 às 9:00hs na Rua
Bias Fortes nº 62 - 2º andar. Centro - Nova Lima/MG. O
Edital estará disponível a partir do dia 19/10/2018 no site
www.novalima.mg.gov.br e no Departamento de Contratos
e Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Lima. Nova
Lima, 19/10/2018. Vitor Penido de Barros - Prefeito.

2 cm -19 1156996 - 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE SESSÃO
Processo 120/2018 Tomada de Preços 63/2018
CANCELAMENTO DA SESSÃO referente a TOMADA
DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, POR
LOTE consubst. objeto da presente licitação a contratação
de empresa (s) de engenharia civil para execução de
obras de reformas e ampliação do Ginásio Poliesportivo
de Nova União, reforma do Ginásio Poliesportivo de Nova
Aparecida (José Cezar Fonseca) e reforma da quadra

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PATOS DE MINAS/MG
- EXTRATO/Termo de Fomento 25/2018. Organização
da Sociedade Civil Amparo Europeu Novelino. Objeto:
Repasso de recursos financeiros (Subvenção social) para
cobrir despesas de manutenção da entidade. Valor: R\$
2.350.000,00 mil e trezentos e cinquenta reais). Vigência:
16/10/2018 a 31/12/2018. Termo de Fomento 26/2018.
Organização da Sociedade Civil, Fraternidade Feminina
Cruzeiro do Sul Pátos de Minas. Objeto: Repasse de recursos
financeiros (Auxílios) para aquisição de equipamentos
médicos permanentes com o intuito de realização de projeto
"Meios que Ajudam". Valor: R\$ 4.980,00 (quatro mil novecentos
e oitenta reais). Vigência: 16/10/2018 a 31/12/2018. Adotivos:
José Antônio Domingos. Objeto: Adoção de uma PRAC-A,
Vitoria Régia situada na Rua das Violentas, Bairro Jardim
Paraisópolis. Vigência: 16/10/2018 a 31/12/2018. Pátos de
Minas, 19 de outubro de 2018. José Eustáquio Rodrigues
Alves, Prefeito Municipal.

4 cm -19 1156864 - 1

3 cm -19 1156934 - 1

3 cm -19 1156909 - 1

4 cm -19 1156791 - 1